

ASSENTAMENTOS SOB PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA E DAS DINÂMICAS DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Carolina Sato Pereira¹¹

Luís Antônio Barone²²

Hélio Hirao³³

Resumo:

Existe uma grande variação de situações que regem as questões espaciais relacionadas às populações do campo no Brasil, especialmente no caso dos assentamentos de reforma agrária. Os assentamentos em sua maioria são áreas de antigos latifúndios conquistados pela luta dos trabalhadores rurais sem-terra. A partir daí, surge uma nova dinâmica ocupacional, já que são alterados a conformação do espaço, por meio da mudança de sistema produtivo e pelas novas relações sociais que ali se estabelecem, uma vez que a terra passa a ser compartilhada por muitas famílias com os mais diversos passados e histórias. Organizar essa área se mostra um verdadeiro desafio. A partir de uma análise inicial, pautada em estudos bibliográficos preliminares, o trabalho procura mostrar como é importante assegurar acesso aos bens e serviços socialmente necessários (escolas, hospitais, espaços de convívio público) para o campo, assim como é pensado para o urbano. Isto pode trazer ganhos significativos no fortalecimento dessa coletividade, que foi perdendo força ao longo dos anos a partir do momento de luta pela terra. Além disso, propõe pensar o rural e o urbano em conjunto, para o melhor desenvolvimento de ambos os espaços. Para iniciar a análise da importância de planejar esses tipos de equipamentos, que organizam a vida coletiva nos assentamentos, foi escolhido o Pé-de-Galinha, área comunitária localizado no assentamento Haroldina, no município de Mirante do Paranapanema-SP. Com uma rede de equipamentos públicos ali em funcionamento, o local atende os assentamentos próximos, contribuindo de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida da população assentada no espaço rural local.

Palavras chaves: assentamentos rurais, planejamento social, infraestrutura social.

¹ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente e bolsista PIBIC.

² Doutor em Sociologia pela UNESP e professor do Departamento de Planejamento da FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente.

³ Arquiteto Urbanista, doutor em Geografia Urbana e professor do Departamento de Planejamento da FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente.

Introdução:

O trabalho discute preliminarmente questões relacionadas a espacialidade, como ela se dá nos assentamentos rurais após a conquista da terra e como é possível relacionar espaços historicamente tidos como opostos, como o rural e o urbano, de forma que um auxilie o outro no seu desenvolvimento. A coletividade relacionada aos equipamentos públicos e a infraestrutura social também comparece como assunto principal da discussão. Para estudo, foi escolhido o local conhecido como Pé-de-Galinha, localizado no assentamento Haroldina, no Pontal do Paranapanema, que conta com uma rede de equipamentos públicos que colaboram para o desenvolvimento dos assentamentos próximos.

I. A espacialização dos assentamentos rurais

Existe uma grande variação de situações que regem as questões espaciais relacionadas às populações do campo no Brasil. Quando se trata de populações assentadas, tais questões abrangem ainda mais variedades, pois a conquista pela terra é diferente a cada caso. Os assentamentos em sua maioria são áreas de antigos latifúndios, grandes propriedades improdutivas, conquistadas por trabalhadores rurais sem-terra através de um processo de ocupação. Após esse processo inicial de conquista surge uma nova dinâmica ocupacional, já que são alterados a conformação do espaço, por meio da mudança de sistema produtivo e pelas novas relações sociais que ali se estabelecem, uma vez que a terra passa a ser compartilhada por muitas famílias com os mais diversos passados e histórias. Organizar essa área ocupada se mostra um verdadeiro desafio.

O caminho percorrido até a implantação de um assentamento rural não é uniforme e sofre influência de abordagem pelos órgãos ou movimentos que o conduz. Quando se trata de assentamentos advindos de lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), trabalha-se com algumas características específicas, uma vez que o Movimento não trata essas áreas conquistadas apenas como unidade produtiva. Para ele, o desenvolvimento da convivência e participação das famílias se faz necessário além desse primeiro

momento. Após a conquista ainda existe um conjunto de lutas que precisam ser feitas para o desenvolvimento de uma comunidade forte (FERNANDES, 2000).

Porém, o que de fato ocorre é que, na maior parte, o modo de organização estabelecido entre os assentados no período pós-ocupação não se mostra capaz de dar continuidade a essa organização social e política que o MST trabalha no processo inicial de ocupação (acampamentos). Além disso, o próprio Movimento que insiste na coletividade, acaba cometendo falhas ao planejar sua viabilidade futura (MACIEL, 2009). A medida que as famílias são assentadas em seus lotes, não ocorre um acompanhamento por parte do Movimento no que diz respeito ao fortalecimento do coletivo. Dessa forma, as experiências de vida coletiva estabelecidas de forma inicial se distanciam, diminuindo o poder de organização e mobilização visto no primeiro momento da luta. Assim, unindo o sentimento de independência relacionado à propriedade privada com a falta de crença no coletivo, o lote familiar individual acaba sendo visto pela maioria como uma forma de superação da subalternidade antes vivida (MARTINS, 2004).

O que pode ser observado dentro dos assentamentos atualmente são projetos, fomentados por órgãos do governo e dos movimentos sociais, que utilizam muito o debate como ferramenta essencial para alimentar a construção de uma coletividade forte e participativa. Contudo, o debate acaba muitas vezes desestimulando a participação dos assentados, já que há uma tendência em colocar as necessidades individuais acima das coletivas. Quando o coletivo não é trabalhado e direcionado, ele se perde, fazendo com que o debate, ao invés de estimulá-lo, faça com que os assentados se fechem novamente em seus lotes. Além disso, existe um caráter de imposição desses projetos e dos ideais coletivistas observados, que em geral, vêm de fora para dentro (MACIEL, 2009) e, no cenário do assentamento, costumam estar ligados apenas à produção e comercialização de alimentos (cooperativas). Nota-se que a preocupação acaba sendo econômica e não de fato na construção real de uma coletividade que fortaleça o assentamento. É esse direcionamento dos projetos implantados pelo governo, que priorizam investimentos diretos para a produção agrícola, que acabam colocando em segundo plano a construção de escolas, projetos culturais, transporte, entre outros.

Com esse cenário colocado, a questão que se apresenta é como mobilizar os assentados para que o desejo de uma organização coletiva, em busca de melhorias coletivas e maior qualidade do assentamento como comunidade, no sentido da sociabilidade, e não apenas como lotes separados e como comunidade produtiva economicamente, apareça e se fortaleça. Nesse sentido, a dinâmica urbana pode ter muito a contribuir, já que a discussão existente de espaços coletivos dentro da cidade, que criam experiências para uma melhor qualidade da vida coletiva, podem auxiliar nas discussões no rural.

O problema é que as dinâmicas que integram esses “mundos” acabam entrando em conflito com a mentalidade pré-estabelecida que os opõe. A antiga dicotomia urbano-rural, um representando o progresso e o outro o atraso, não consegue mais contemplar toda a complexidade presente (FAVARETO E WANDERLEY, 2013). É preciso certo cuidado para que esse pensamento ultrapassado, que vem da Europa do século XVII, não faça com que todos os ganhos que essa conexão entre os espaços pode trazer, para ambos, se perca.

Para desconstruir esse antigo antagonismo, buscar contextualizar o rural no tempo-espaço é importante, uma vez que as distinções entre campo-cidade são essencialmente políticas e dependem de seu tempo histórico. Escolhas foram e são feitas a partir de interesses de determinados grupos que constroem relações entre a população e o território e fundamentam a identidade nacional (FAVARETO E WANDERLEY, 2013). Atualmente, vale notar que na realidade atual do Brasil existe uma dificuldade de se pensar um campo desvinculado com a cidade, mas, mesmo assim, os espaços ainda não são tratados de forma igualitária, sendo constantemente sobrepostos.

Essa forma de se tratar os espaços, baseadas em políticas de interesses econômicos, caracteriza-se por priorizar no cenário nacional claramente os espaços urbanos. Exemplo disso são as delimitações dos espaços urbanos feitas por meio das câmaras municipais. Ao delimitar os recortes espaciais, as áreas das zonas urbanas acabam apresentando uma extensão exagerada, o que desqualifica as áreas rurais, na maior parte das vezes vista como “futuras áreas urbanas”.

Para uma área ser considerada urbana, basta dispor de dois incisos, presentes no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172), construídos ou mantidos pelo Poder Público. São eles: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistemas de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3km do imóvel considerado. Contudo, a área também pode ser considerada urbana ou urbanizável, de expansão, mesmo sem nada disso. Ou seja, como desenvolvido pelos autores Favareto e Wanderley (2013), uma cidade não precisa comprovar sua capacidade para as funções urbanas, mas a presença de equipamentos de infraestrutura e serviços são a negação da condição rural pela lei.

Entretanto, é importante ressaltar que, a presença de bens públicos e privados e a oferta de serviços, reforçam a função residencial com significativos ganhos na qualidade de vida para a população. Por isso, é necessário assegurar também para os habitantes do campo o acesso aos bens de serviços socialmente necessários. Além disso, é interessante que estes possam participar como gestores desses acessos, fortalecendo assim essa população marginalizada, que tem a chance de se apropriar do espaço através de seu planejamento.

Propor planejamento e infraestruturas também no espaço rural não significa, e nem possui como intenção, iniciar um processo de urbanização, já que a proposta não abrange proposição de um novo ritmo de trabalho, nem novas relações ecológicas ou abandono das crenças tradicionais, por exemplo (CÂNDIDO, 1964). A questão é que “sem planejamento racional, a urbanização do campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido” (Cândido, 1964, p. 181).

II. Assentamentos rurais e infraestrutura social

Como já dito, os projetos públicos nos assentamentos rurais acabam sendo mais voltados para a parte econômica, produtiva e na maior parte dos casos, a infraestrutura social básica para receber esse nova população não é planejada desde o início. Fala-se muito da falta de infraestrutura dos locais onde

são estabelecidos os assentamentos. Porém, em alguns casos, há locais que já contam com algum tipo de infraestrutura, como sede de fazendas ou demais construções que remetam ao passado do local. Contudo, ocorre que muitas vezes essas instalações acabam não sendo utilizadas, ou subutilizadas, seja por falha de um apoio técnico direcionado para entender como utiliza-las, seja por negação por parte dos assentados do passado do local. A falta de um projeto, preocupado com a instalação, desde o princípio da formação dos assentamentos, de equipamentos públicos sociais, também pode ser a causa dessa subutilização, já que é possível utilizar-se dessas infraestruturas preexistentes para a formação, por exemplo, de escolas nos assentamentos.

O que precisa ser colocado em questão é a necessidade de se pensar nesses equipamentos no momento que antecede o estabelecimento do assentamento no local. Esse tipo de infraestrutura social (saúde, educação, transporte, cultura) não deveria ter que surgir com o passar do tempo e através de outras tantas lutas dos assentados. Ela deveria estar presente desde o início, em todos os planejamentos públicos, já como consequência da luta inicial pela terra e como ganho da sua conquista, para margear o crescimento e a consolidação dos assentamentos.

III. A infraestrutura do Pé-de-Galinha

Para iniciar uma reflexão da importância dos equipamentos públicos que organizem a vida coletiva nos assentamentos e reforcem a coletividade e comunidade, estudamos o caso do assentamento Haroldina, localizado no município de Mirante do Paranapanema, interior do estado de São Paulo. Atualmente, existe no ponto de encontro entre os assentamentos, um local que recebeu o nome de Pé-de-Galinha, devido a forma como ocorre o cruzamento entre as estradas naquele ponto. Nele encontram-se equipamentos públicos que atendem as famílias dos assentamentos mais próximos. No local estão instalados: uma escola estadual com quadra poliesportiva, posto de saúde, acessa SP, uma igreja, casa AMAS, restaurante e uma base de serviços (agroindústria), que terá seu funcionamento iniciado em breve.



Foto 1: Equipamentos do Pé-de-Galinha

1.1 Escolas



Foto 2: Escola Estadual São Bento, Mirante do Paranapanema, SP.

A escola Estadual São Bento atende crianças e jovens do ensino fundamental e médio, sendo que neste último a mais de 800 alunos matriculados. Como já citado, a escola conta com a presença de uma quadra poliesportiva, além de refeitórios e espaço para apresentações e eventos. Além dela, o local conta com a presença de uma escola municipal de ensino infantil.



Foto 3: Espaço para apresentações e eventos dentro da escola.



Foto 4: Entrada para salas de aula e quadra poliesportiva ao fundo.

É possível perceber que o surgimento dessa concentração de equipamentos públicos no local se deu a partir da escola. O fato é que uma das lutas mais amplas do MST está associada à educação (RAMALHO, 2002), logo a luta para a conquista desse espaço educacional ocupa um local de prioridade após o estabelecimento dos assentados na terra. De acordo com os estudos realizados por Ramalho, existem duas escolas nos assentamentos rurais do município em questão. Além da São Bento, escola que atende o maior número de estudantes, a escola Che Guevara. Contudo, ainda existem assentados que estudam nas escolas do município.

É importante lembrar que, após a conquista da escola, a luta por educação ainda continua, sendo que uma das questões mais problemáticas quando o assunto é educação no campo é a metodologia, que deve ser pensada para atender as necessidades locais. Vale ressaltar que as escolas urbanas utilizam parâmetros voltados para ressaltar valores e o modo de vida nas cidades. Os assentados que tem uma educação na cidade não são estimulados a pensar e compreende sua realidade e com isso, não a fortalece. A própria escola dentro do assentamento ainda acaba se deparando com dificuldades relacionadas à

metodologia, seja por conta da presença de profissionais que não são locais, seja por conta do material didático.

Outra questão problemática é a relação conflituosa entre o poder público municipal e o Estado, no que diz respeito a repasse de verbas. O IBGE não considera essa nova população assentada como moradores do município e sim, como moradores eventuais. Dessa forma, o repasse do governo federal para educação e saúde não inclui os assentados, ficando a cargo da prefeitura administrar como pode a verba entre todos. Para educação, o município oferece aos assentados o transporte dos alunos, merenda escolar, manutenção de algumas salas de aula e viabilização do ensino infantil (RAMALHO, 2002).



Foto 5: Escola de ensino infantil no Pé-de-Galinha.



Foto 6: Local ao lado da quadra para os ônibus que fazem o transporte escolar.

Como mostra a foto anterior, a verba dada pelo município permite a existência do transporte escolar, não nas melhores condições e sim, da forma que é possível. A demanda surge e a luta pela educação conquista a escola dentro do assentamento. Porém, isso não significa que já se pode falar em infraestrutura de qualidade para as pessoas assentadas. O modelo de escola é implantado sem qualquer análise da realidade local, fazendo com que a coletividade não seja totalmente beneficiada por esses equipamentos públicos.

1.2 Saúde

No Pé-de-Galinha encontra-se uma das sedes do PSF (Programa de Saúde da Família). O PSF está vinculado ao SUS (Sistema Único de Saúde), o que possibilita ao município receber uma verba para ajuda de custo. Entretanto, essa ajuda não cobre, por exemplo, o transporte do paciente e da própria equipe médica, questão importante já que existe o grande problema das grandes distâncias nos assentamentos. O atendimento nesses locais são atendimento do tipo clínico-geral e, caso seja necessário alguma especialidade, os assentados são encaminhados para a cidade de Mirante do Paranapanema (RAMALHO,2002). No caso desse posto, são realizados também atendimentos odontológicos.



Foto 7: Programa de saúde da família no Pé-de-Galinha.

Falar de saúde é falar de qualidade de vida. Cuidado com a alimentação é algo mais rapidamente associado a uma vida saudável. Porém, é importante analisar que, questões como a do transporte e presença de estruturas de lazer, por exemplo, também são essenciais quando a questão é saúde dessa população assentada no caso.

1.3 ACESSA SÃO PAULO

O Programa ACESSA SÃO PAULO, que possui um posto de funcionamento no local em frente ao posto de saúde e da escola, é administrado pelo Governo do Estado de São Paulo e surge a partir do reconhecimento do setor público da

importância do tema inclusão digital. Atualmente, a internet possibilita que a realização de uma série de serviços, como fazer boletins de ocorrência e pagar imposto por exemplo, sejam online e não somente presenciais. Antes, para realizar serviços desse tipo, o assentado precisaria ir até uma cidade próxima.

O programa permite uma maior autonomia do assentamento e dos assentados em relação à cidade nesse sentido. Os monitores que ficam responsáveis pelo funcionamento das unidades geralmente são escolhidos pela própria comunidade, o que facilita a identificação das necessidades dos usuários e a melhor forma para resolvê-las.



Foto 8: Posto do Programa ACESSA São Paulo, no Haroldina.

A maioria que acessa esse serviço são os jovens. Contudo, no assentamento Haroldina, nota-se a presença de um público mais adulto, principalmente devido a presença dos professores que frequentam o local (MUNIZ, 2013).

1.4 Igreja

A religião, quando conta com a participação de um grande número de assentados, ajuda na manutenção da comunidade. No caso da igreja presente no Pé-de-Galinha, os laços de comunidade foram ainda mais fortalecidos devido à forma de construção da igreja, que se deu por meio de mutirão. Uma vez por

mês são realizadas missas católicas, que contam com a presença também dos assentamentos vizinhos (SOUZA, 2006).



Foto 9: Igreja Católica no Pé-de-Galinha.

1.5 Casa AMAS

O AMAS, Associação das Mulheres Assentadas do Pontal, conta com associadas de vários assentamentos e traz consigo uma nova perspectiva de participação e organização nos assentamentos. O grupo se reúne desde 1996 para discutir a implantação de melhorias nos assentamentos (SOUZA, 2006). Contudo, o projeto da infraestrutura de apoio à essa associação é recente no Pé-de-Galinha e acaba de ser construído, ao lado da igreja e da edificação que abriga o programa ACESSA SP.



Foto 10: CASA AMAS

Este projeto, embora contando com a participação de mulheres assentadas, é totalmente patrocinado pela agroindústria sucroalcooleira

instalada na região. Devido a um vultoso empréstimo contraído junto ao BNDS, um pequeno percentual de recursos foi, por força de contrato, consignado para ações de caráter social junto à comunidade regional. Uma entidade do terceiro setor foi, então, contratada para desenvolver este projeto social contextualizado na realidade de Mirante do Paranapanema. A partir do contato com lideranças assentadas não ligadas ao MST, o projeto da AMAS foi construído.

1.6 Restaurante

O bar e restaurante da Dona Noêmia é o único espaço comercial de consumação no Pé-de-Galinha, servindo refeição, lanche, bebidas e produtos alimentícios industrializados (funciona como pequeno armazém). Está instalado no Pé-de-Galinha há vários anos, funcionando como verdadeiro ponto de apoio aos assentados ou visitantes em trânsito na região dos assentamentos.

1.7 Base de serviços

A base de serviços é um conjunto de instalações (galpão agroindustrial, quiosque e prédio administrativo) que terá como destinação processamento de produtos agrícolas produzidos nos assentamentos da região. Ela foi implantada com recursos federais, sobretudo aqueles oriundos do PROINF (PEREIRA, 2015), mas ainda não está finalizada, restando uma série de adequação sanitária e de segurança para que os equipamentos já adquiridos possam entrar em funcionamento. A COCAPAR (Cooperativa de Assentados da Região do Pontal do Paranapanema), ligada ao MST, é a cooperativa que faz a gestão da agroindústria.



Foto 11: Base de Serviços (agroindústria)

Conclusão:

Ambos os espaços, tanto o urbano, quanto o rural, não devem mais ser definidos por oposição, e sim, pela relação, preferivelmente uma relação igualitária no sentido da importância. Pensar o rural e o urbano em conjunto passa a ser essencial para o desenvolvimento de ambos os espaços. Focar na cidade e considerá-la como uma unidade sólida, distinta, leva a projetos de planejamento equivocados. É necessário que os ambientes evoluam de maneira integrada para que um viabilize e contribua para a existência do outro.

O surgimento desses novos paradigmas demandam novos modos de regulação por parte do Estado, que incluem planejamento e desenvolvimento do rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999). O que ocorre atualmente, como já foi apresentado anteriormente, é que as políticas rurais têm como objetivo basicamente reduzir o isolamento das populações rurais e não levam em conta as necessidades novas, que surgem em todos os espaços. Esse novo espaço rural precisa de melhorias que hoje apenas são associadas ao urbano, como as questões relacionadas à infraestrutura de qualidade (hospitais, escolas, espaço público de convívio, etc).

O local conhecido como Pé-de-Galinha, localizado no assentamento Haroldina, no município de Mirante do Paranapanema-SP, é um exemplo disso. Com uma rede de equipamentos públicos (e privados, como o restaurante e a casa AMAS), o local atende os assentamentos próximos e funciona como uma alternativa para os assentados não precisarem ir na cidade para estudar, acessar internet ou ir à igreja.

São equipamentos como os encontrados no Pé-de-Galinha que contribuem de forma significativa na melhora da qualidade de vida da população assentada no espaço rural. Entretanto, fica clara a falta de planejamento de locais como estes. No caso do Pé-de-Galinha, a escola surgiu primeiro e os outros equipamentos foram distribuídos no entorno, sem qualquer análise prévia de como o fazer. A impressão que dá, ao observar o local, é a de que cada edificação foi “jogada”, sem pensar em suas conexões e no espaço entre elas, espaço este que poderia ter sido qualificado para ampliar a qualidade da vida coletiva que ali se estabelece.

Referências Bibliográficas:

ARANTES, Pedro Fiori Arantes; Barros, Joana da Silva; Rizek, Cibele Saliba. Cidade e Território: o relato de uma experiência em um assentamento do MST. Publicado no site <<http://www.usina-ctah.org.br/cidadeeterritorio.html>>.

BERTOLINI, Valéria Andrade e CARNEIRO, Fernando Ferreira. Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e entorno. Libertas, edição especial, 2007.

PEREIRA, Carolina Sato; BARONE, Luís Antônio. Análise preliminar de projetos PROINF voltados para a pecuária de leite no Pontal do Paranapanema, 2015.

DA SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. Revista nova economia, Belo Horizonte, 1997.

FAVARETO, Arilson; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras, v.21, 2013.

FERRÃO, André Munhoz de Argollo Ferrão. Arquitetura Rural e o espaço não-urbano. Revista Labor & Engenharia, v.1, n.1, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. Campinas, IE/UNICAMP. 1999 (2ª edição).

MACIEL, Marluse Castro. O individual e o coletivo nos assentamentos: entre o ideal e o real. Retratos de Assentamentos, n. 12, 2009.

MARTINS, José de Souza. Ordem e Transgressão na Reforma Agrária. Editora Ufrgs, 2003.